



Programa das Jornadas sobre corrupção na Guiné-Bissau "Ke Ku Nten ku Curupson?"

Data 25, 26 e 27 de Outubro 2017
Local Centro Cultural Francês
Moderador/a Nelvina Barreto

Dia 1 25/10/2017

9h30 Chegada participantes
10h00 Abertura e introdução do Moderador/a
10h15 **"Visão global da corrupção na Guiné-Bissau e medidas anticorrupção" - Dr. Baltazar Fael, Encarregue do programa anticorrupção do Centro de Integridade Pública (CIP) de Moçambique (Transparência internacional Moçambique)**
10h35 **AGAC – Associação Guineense anticorrupção: uma iniciativa da sociedade civil de luta contra a corrupção – Professor Doutor Joel Alo Fernandes, Secretário-geral da Ordem dos Advogados e presidente da AGAC**
10h50 Pausa café
11h10 **"Corrupção no quotidiano" – Raúl Mendes Fernandes, PhD em sociologia**
11h30 Discussão e Debate sobre os painéis apresentados
13h15 Apresentação das principais recomendações pelo/a moderador/a
13h25 Encerramento do 1º dia com uma breve peça teatral dos netos de Bandim (10min)

Dia 2 26/10/2017

9h30 Chegada participantes
10h00 Apresentação dos painéis do dia pelo Moderador/a
10h15 **"Corrupção e meio ambiente: transparência na gestão de recursos naturais fator da degradação e dos conflitos sociais na Guiné-Bissau?"- Tiniguena – "Esta Terra é Nossa!" - Miguel de Barros, Diretor Executivo**
10h35 Pausa café
10h50 **Multi-painel: "A corrupção e os Direitos Humanos, o Direito à Saúde e o Direito à Educação"**
A. "A conexão entre a corrupção e as violações dos Direitos humanos: principais indicadores" - Liga Guineense dos direitos humanos
B. Gestão Transparente no sector da Saúde: Gabinete do Utente (ONG AIDA e LGDH) – Cremilde Dias
C. Transparência no sector da Educação: ONGD FEC – Fundação Fé e Cooperação – Sofia Alves
11h50 Discussão e Debate sobre os painéis apresentados
13h15 Apresentação das principais recomendações pelo/a moderador/a
13h25 Encerramento do 2º dia com uma breve peça teatral dos netos de Bandim (10min)

Dia 3 27/10/2017

9h30 Chegada participantes
10h00 Apresentação dos painéis do dia pelo Moderador/a
10h15 **"O papel dos media no combate à corrupção" – João Figueira, PhD em Jornalismo e Comunicação**
10h35 Pausa-café
10h50 **"Consequências da corrupção e má gestão para o País" – Professor Eugénio Moreira, Doutor em Direito**
11h10 Discussão e Debate sobre o painel apresentado
13h15 Apresentação das principais recomendações surgidas ao longo das jornadas pelo/a moderador/a
13h25 Encerramento do 3º e último dia com um ato interativo com os assistentes sobre o poder de cada um para provocar mudanças (liderado pelo coach Keli Correia)





OS ORADORES (Breve resumo da sua trajetória)

Baltazar Fael

Licenciado em Direito pela Universidade Eduardo Mondlane desde 2002. Foi magistrado do Ministério Público entre os anos de 2003 – 2005. Em 2006 inicia a carreira de docência no Instituto Superior de Relações Internacionais. Em 2007 ingressa no Centro de Integridade Pública como pesquisador na Área de Boa Governança e Anti-Corrupção. Em 2009 participa como investigador na elaboração do “Pacote Anti-Corrupção” posteriormente submetido ao parlamento para aprovação. Em 2015 ingressa como docente no Instituto Superior de Estudos de Desenvolvimento Local. Em 2016 frequenta com aproveitamento a parte curricular do curso de mestrado em Ciências Jurídico – Económicas no Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique em parceria com a Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Direito e presentemente continua como pesquisador do Centro de Integridade Pública na área de anti-corrupção.

AGAC – Associação Anticorrupção – Joel Alo Fernandes

A Associação Guineense Anticorrupção é uma Associação de direito privado, mas de interesse público, apolítica, apolítica, de âmbito nacional e sem fins lucrativos. Independente do Estado e das confissões religiosas. A AGAC-GB tem por finalidade colaborar com o Estado, Organismos Nacionais e Internacionais no combate a corrupção na Administração Pública Central, bem como em todos os domínios do setor público do Estado, as ONGs e sociedade em geral, atuando em duas vertentes:

- Prevenção - através de campanhas de sensibilização, programas radiofónicos e realização de palestras sobre as consequências da corrupção;
- Combate – denúncia e acompanhamento dos processos junto aos tribunais até à fase de julgamento.

O Fundamento da AGAC-GB assenta sobre três Princípios: Democracia, Transparência e Boa governação. E, para a prossecução dos seus fins, compete à AGAC-GB, entre outros: (i) Defender os interesses e direitos dos cidadãos perante o Estado, contra a corrupção; (ii) Denunciar os atos de corrupção; (iii) Receber as denúncias de corrupção e encaminhá-las para o fórum competente atuando como parte através da constituição de um assistente para seguir os casos em tribunal.

Raúl Mendes Fernandes

Nascido na Praia, Cabo Verde, em 1953. Socio-Antropólogo, professor do Liceu Nacional Kwame N’Krumah, entre 1975-79, em Bissau e investigador permanente no INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, também em Bissau, desde o ano 1986. Foi Diretor do Fundo de Ação Social, na Guiné-Bissau, entre 1993 e 1998, e Diretor do Programa de Luta contra a Pobreza, em Cabo-Verde, entre os anos 1999 e 2005. Atualmente desempenha o cargo de Vice-Reitor da Universidade Amílcar Cabral e leciona Metodologia nas Ciências Sociais na Universidade Colinas de Boé e Etno-ecologia das comunidades pesqueiras na Universidade Lusófona, Bissau. Estudou Sociologia (DEA) em França na Universidade Paris VIII, Vincennes/Saint Denis, e doutorou-se em





Portugal, na Universidade de Coimbra. A sua tese de doutoramento no Centro de Estudos Sociais trata de histórias de vida e relações de género na pesca artesanal no litoral guineense. Consultor na área de gestão e avaliação de projetos e na segurança alimentar. Participou em obras colectivas como: «L' état de la démocratie en Afrique d'Ouest », Institut Gorée, 2009, «The Problem of Violence, local conflict settlement in contemporary Africa», edited by Georg Klute & Birgit Embaló, Rudiger Koppe Verlag, Koln, 2011. Publicou vários artigos na Soronda, Revista Guineense de Estudos Sociais, na revista Politique Africaine e Modern Africa. Áreas de investigação: Género, Identidade, Cidadania, Globalização.

Tiniguena – “Esta Terra é Nossa!” - Miguel de Barros, Director Executivo

A Tiniguena – Esta Terra é Nossa – é uma ONG guineense que conta com 26 anos de intervenção nos sectores-chave da conservação da biodiversidade agrícola, a gestão durável dos recursos naturais, a valorização dos produtos e saberes da biodiversidade, a informação e sensibilização e o exercício da cidadania. A aposta no desenvolvimento de competências nessas matérias e o consequente reconhecimento granjeado fez com que a Tiniguena seja hoje considerada uma referência ao nível nacional nas questões ambientais tendo-se debatido para o despertar de uma consciência ambiental crescente junto do público nacional, para o aumento da procura e consumo dos produtos locais oriundos da biodiversidade e para o desenvolvimento de iniciativas que visam a promoção da soberania e segurança alimentar, da dinamização da economia local, da melhoria do quadro de vida das populações, através da educação para a cidadania baseada na apropriação, da valorização e da governação responsável dos espaços e recursos naturais e culturais pelas comunidades locais.

As principais zonas de intervenção da Tiniguena situam-se no sul da Guiné-Bissau, nomeadamente: Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok (Formosa, Nago e Chediã, no Arquipélago dos Bijagós), a designada Zona Verde (nas Regiões de Quínara e de Bolama/Bijagós), e Cantanhez (na região de Tombali), intervindo igualmente na capital, nomeadamente no Bairro Belém.

Liga Guineense dos Direitos Humanos

A Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) é uma ONG que durante 26 anos (foi criada a 12 de Agosto de 1991) se tem dedicado à defesa e protecção dos direitos e liberdades da pessoa humana na Guiné-Bissau recorrendo aos instrumentos internacionais em matéria dos direitos humanos, nomeadamente: a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta Africana dos Direitos Humanos dos Povos, entre outros. No quadro desta sua nobre missão a LGDH, é membro de diferentes organizações mundiais de defesa dos direitos humanos, designadamente, Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH), Organização Internacional contra Tortura e Amnistia Internacional.

Foi neste sentido que, a título de exemplo, a LGDH assumiu-se como um dos principais actores na luta pela abolição da pena de morte e pela consolidação do Estado de Direito na Guiné-Bissau.





A LGDH é promotora dos seguintes projetos: Casa dos Direitos: Redes e Recursos para o Desenvolvimento (uma iniciativa promotora de diálogo entre diversos sectores da sociedade guineense, à volta da realização de um conjunto de direitos); Impunidade, Injustiça, Insegurança – Violações Intoleráveis dos Direitos Humanos (projeto que aborda a questão da impunidade, visando o fortalecimento do Estado de Direito, da boa governação e da segurança humana na Guiné-Bissau); Observatório dos Direitos (visa garantir o acesso a informação quantitativa e qualitativamente fiável que permita a monitoria do exercício dos direitos e as suas violações por parte das OSC); promoção de acesso a Justiça, para facilitar a proximidade dos cidadãos das instâncias judiciais.

Gabinete do Utente (ONGD AIDA e LGDH) – Cremilde Dias

O Gabinete do Utente é uma estrutura criada e em funcionamento, desde o dia 1 de Dezembro de 2016. Esta estrutura surge no âmbito de um Acordo de Parceria entre o Ministério da Saúde Pública da Guiné-Bissau, a Associação AIDA – Ayuda, Intercambio y Desarrollo e a Liga Guineense dos Direitos Humanos, com o apoio da Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau.

O Gabinete do Utente consiste num posto de atendimento dos utentes dos serviços de saúde, bem como num serviço de apoio à gestão e qualidade dos serviços públicos de saúde. Entre os seus objetivos destacam:

- Contribuir para a melhoria do acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde prestados pelas unidades de saúde públicas.
- Promover um mecanismo de comunicação com os utentes, assegurando informação relevante sobre a organização dos serviços e a oferta de cuidados de saúde.
- Produzir dados estatísticos regulares, que permitam avaliar as principais tipologias de denúncias, reclamações e sugestões e, conseqüentemente, avaliar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

ONGD FEC – Fundação Fé e Cooperação – Sofia Alves

Criada em 1990 pela Conferência Episcopal Portuguesa é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento portuguesa com a missão de "promover o Desenvolvimento Humano Integral" de modo a "construirmos uma sociedade onde cada pessoa possa viver com dignidade e justiça".

A FEC trabalha na Guiné-Bissau desde de 14 de janeiro de 2001 e tem tido uma intervenção permanente e continua no setor da educação. Atualmente para além da educação, evidencia-se um grande trabalho feito no campo dos direitos da Criança e na área do reforço de competências organizacionais de organismos públicos e da sociedade civil, isto é, Boa Governação.

A organização neste momento na Guiné-Bissau conta com a presença de equipas técnicas em 3 regiões (Bissau, Bafata e Gabú), estando prevista para 2018 abertura do quarto escritório, na cidade de Buba, totalizando mais de 80 RH.





No setor da educação, a FEC na Guiné-Bissau, tem desenvolvido projetos nos vários níveis sistémicos de intervenção desde do professor/educador-criança/aluno (nível microssistémico), na formação científica e pedagógica destes agentes, até ao poder central representado pelo Ministério da Educação e Ensino Superior nas suas diferentes direcções gerais, através de assessorias técnicas-científicas. É ainda, promotora e participante ativa em grupos de trabalho como do Grupo do Estatuto da Carreira Docente, Grupo da Revisão Curricular e o Grupo Local de Educação que conta com a participação dos principais financiadores e parceiros do setor. A sua intervenção na educação envolve mais de 2000 agentes de educação desde o pré-escolar ao secundário, envolvendo igualmente áreas como a gestão e administração escolar e a Língua Portuguesa.

João Figueira

João Figueira é professor de Jornalismo e de Comunicação na Universidade de Coimbra. Integrou o projeto internacional de investigação intitulado, "Corrupção política nos media: uma perspetiva comparada". É um dos coordenadores e autores do livro, editado em 2015, "A corrupção política vista por jornalistas e políticos". Neste contexto, é ainda autor do trabalho, "Olhares cruzados sobre a cobertura jornalística da corrupção política", feito a partir de um conjunto de entrevistas a jornalistas especializados na área. Antes de se dedicar à carreira académica, foi jornalista durante mais de duas décadas, ao longo das quais também assinou alguns trabalhos relacionados com práticas de favorecimentos ilegais e de corrupção.

Professor Eugénio Moreira

Eugénio Carlos da Conceição Rodrigues Moreira é natural de Bissau, República da Guiné-Bissau. Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Atualmente é docente na Faculdade de Direito de Bissau, onde leciona as disciplinas de Fiscalização Financeira do Estado e Contabilidade Pública, para além de participação e organização/coordenação de Cursos de Pós-Graduação e seminários em várias áreas e especialidades de Direito. Exerce também advocacia e consultoria jurídica.

É autor de vários artigos publicados e inéditos principalmente nas áreas de Direito da Economia, Finanças Públicas, Direito Fiscal, Direito Comunitário, Fiscalização Financeira do Estado, Direito da Segurança Social, Direito Aéreo, Contabilidade Pública e Ciências Políticas, resultantes de reflexões avulsas e intervenções em seminários e congressos a nível nacional e internacional.

